

Mar. 2024





Índice

Editorial 4

1 Fórum para os Sistemas de Pagamentos 5

2 Atividades desenvolvidas 5

3 Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | 2025 6

Anexo 1 – Composição do Plenário do FSP em 31.12.2023 8

Anexo 2 – Linhas de ação prioritárias e *task forces* dedicadas 10

Editorial

O ano de 2023 ficou marcado pela publicação da segunda Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho do Fórum para os Sistemas de Pagamentos. Estas diretrizes para o ecossistema de pagamentos português orientam o caminho a prosseguir no setor até ao final de 2025, e resultam do forte compromisso dos membros do Fórum na sua definição e implementação.

Na nova Estratégia, que marca a continuidade com a sua antecessora, inscrevem-se linhas de ação tendentes ao aumento da proximidade e confiança com cidadãos e empresas, à inovação e eficiência, à segurança e usabilidade e à resiliência e sustentabilidade no mercado de pagamentos português.

Tratando-se da segunda incursão num projeto deste tipo, será, certamente, tão ou mais desafiante do que a primeira.

O ano de 2023 foi também aquele em que a composição do Fórum foi revista, ajustando de forma mais adequada a representatividade das entidades, tanto do lado da oferta como do lado da procura de serviços de pagamento, incluindo da Administração Pública. Procurou-se, acima de tudo, manter o equilíbrio de forças em diálogo neste palco. É devido um agradecimento aos novos membros, pela energia com que se associaram a esta iniciativa, e a todos os que estiveram e estão envolvidos na definição e na implementação da nova Estratégia.

Como é já seu apanágio, a agenda do Fórum permanece ambiciosa, mas a colaboração e o sentido de compromisso que nos une permitirá atingir os resultados pretendidos, facilitando a evolução desejada dos pagamentos de retalho em Portugal e no contexto europeu.

Hélder Rosalino

Presidente do Fórum para os Sistemas de Pagamentos



1 Fórum para os Sistemas de Pagamentos

O Fórum para os Sistemas de Pagamentos (Fórum ou FSP) é uma estrutura consultiva do Banco de Portugal que reúne os principais intervenientes nacionais na oferta e na procura de serviços de pagamento, incluindo representantes da Administração Pública. A sua missão é contribuir para a implementação de soluções de pagamentos seguras, eficientes e inovadoras no mercado português, promovendo a sua acessibilidade generalizada.

O FSP foi criado em 2009, com o propósito de promover a migração para a Área Única de Pagamentos em Euros (em inglês, *Single Euro Payments Area* — SEPA) em Portugal, e renovado em 2018, com um novo mandato, uma nova estrutura de funcionamento e novas entidades participantes. Em 2020, o Fórum publicou a [primeira Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho, com horizonte de implementação até 2022 \(Estratégia 2022\)](#). Em 2023, definiu a [segunda Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho, a desenvolver até 2025 \(Estratégia 2025\)](#). Neste último ano, foi igualmente revisto o seu [mandato](#) e composição (Anexo 1), com alterações na representação de instituições bancárias, de instituições de pagamento e de moeda eletrónica, de instituições relevantes nos setores dos transportes públicos e do turismo e hotelaria e de organismos da Administração Pública, mantendo-se o equilíbrio de representatividade entre os diferentes agentes.

Para além do Plenário, o FSP mantém atualmente na sua estrutura dois Grupos de Trabalho (GT):

- O **Grupo de Trabalho sobre Segurança nos Pagamentos (GTSeP)**, que visa promover a implementação generalizada de soluções de autenticação convenientes e seguras, que contribuam para a manutenção da confiança dos utilizadores nos instrumentos de pagamento; e
- O **Grupo de Trabalho para a Promoção dos Pagamentos Eletrónicos (GTPPE)**, que tem como objetivo a definição de propostas de ação que incentivem uma maior utilização dos pagamentos eletrónicos em Portugal.

2 Atividades desenvolvidas

Em 2023, foram realizadas duas sessões plenárias do FSP.

A reunião plenária do FSP realizada em 27 de fevereiro de 2023 teve como principais pontos de agenda o balanço da Estratégia 2022 e a preparação da Estratégia 2025 (Secção 3), enquanto que na reunião havida em 14 de setembro de 2023 foram apresentados os resultados da [Consulta pública do Banco de Portugal n.º 4/2023](#), referente à proposta de Estratégia 2025, bem como a versão final desta nova estratégia. Os materiais de suporte a estas reuniões encontram-se disponíveis para consulta no [sítio institucional do Banco de Portugal](#).

Por sua vez, os dois GT que funcionam sobre a égide do Fórum reuniram, em conjunto, em 17 de outubro de 2023, após a publicação da versão final da Estratégia 2025, para dar início à implementação da mesma. Nesta reunião, delinearam-se os primeiros passos da

operacionalização da Estratégia 2025, nomeadamente através da definição das linhas de ação consideradas prioritárias e da constituição de *task force* dedicadas para a implementação de algumas dessas linhas de ação (Anexo 2).

3 Estratégia Nacional para os Pagamentos de Retalho | 2025

A Estratégia 2025 foi publicada em 25 de setembro de 2023, fruto da estreita cooperação entre os membros do FSP, do envolvimento da [Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamentos \(CISP\)](#) e das posições transmitidas no âmbito da consulta pública que decorreu entre 5 de junho e 5 de julho de 2023.

Tem como objetivo contribuir para a promoção de soluções de pagamento seguras, eficientes e inovadoras no mercado nacional, fomentando o desenvolvimento e a concorrência no setor, e prevê 30 linhas de ação, a concretizar até ao final de 2025, organizadas em quatro vetores:

- VETOR I**
Proximidade e transparência
- VETOR II**
Inovação e eficiência
- VETOR III**
Segurança e usabilidade
- VETOR IV**
Resiliência e sustentabilidade



No **Vetor I - Proximidade e transparência**, o FSP pretende aumentar o conhecimento dos vários agentes do mercado sobre sistemas e instrumentos de pagamento. Entre outras ações, analisará a utilização dos instrumentos de pagamento e os seus custos e reforçará a comunicação sobre as soluções de pagamento disponíveis e iniciativas inovadoras – como as transferências imediatas e o projeto do euro digital. As ações de esclarecimento a desenvolver debruçar-se-ão ainda sobre as tendências de fraude e burla e os comportamentos de segurança para fazer face a tais situações, robustecendo a confiança nos sistemas de pagamentos, desígnio igualmente patente na adoção de recomendações tendentes à melhoria da transparência sobre as operações de pagamento.

A criação de condições técnicas e regulamentares que promovam a **Inovação e eficiência** é o foco do **Vetor II**, através da harmonização e facilitação de transações eletrónicas e imediatas, por exemplo com a implementação de uma solução de *proxy lookup* no contexto do [Sistema de Compensação Interbancária \(SICOI\)](#), com o estudo da possibilidade de



tornar obrigatória a aceitação pelas empresas de uma solução de pagamento eletrónico, em complemento ao numerário, e com a análise do eventual alargamento das soluções eletrónicas, para particulares e empresas, nacionais e estrangeiros, nos pagamentos ao Estado, entre outras linhas de ação.

O equilíbrio entre os aspetos de **Segurança e usabilidade** está previsto no **Vetor III**, através de linhas de ação que visam a prevenção e mitigação de situações de fraude e burla sem descuidar a qualidade da experiência do utilizador. Far-se-á a monitorização dos requisitos de autenticação forte do cliente, particularmente no comércio eletrónico com cartão, e incentivar-se-á o alinhamento com os desenvolvimentos europeus em matéria de identidade digital, a par da implementação de medidas concertadas de combate à fraude e burla nos pagamentos. Salienta-se também a disponibilização de uma solução de confirmação do beneficiário/devedor no âmbito do SICOI, bem como a implementação de mecanismos de controlo de entidades credoras em determinadas soluções de pagamento.

No seu **Vetor IV**, a nova estratégia apresenta preocupações renovadas ao nível da **Resiliência e sustentabilidade**. Prevê avaliar possíveis melhorias operacionais e de segurança nos sistemas de pagamentos, nomeadamente no contexto do **Regulamento (UE) 2022/2554 do Parlamento Europeu e do Conselho (DORA)**, bem como adotar boas práticas que contribuam para a redução da pegada ambiental dos pagamentos, como a diminuição do recurso ao papel nestas operações.

A Estratégia 2025 encontra-se alinhada com as práticas de fóruns congéneres ao FSP e com iniciativas promovidas a nível europeu, como a **Estratégia da Comissão Europeia para os Pagamentos de Retalho** e a **Estratégia do Eurosistema para os Pagamentos de Retalho**, atualizada em novembro de 2023.

O Fórum encontra-se fortemente empenhado na implementação da Estratégia 2025, com base no diálogo e na cooperação entre os diferentes agentes do mercado de pagamentos em Portugal.

Anexo 1 – Composição do Plenário do FSP em 31.12.2023

Presidente: Helder Rosalino, Administrador do Banco de Portugal

Entidade	Representante(s)
ACEPI – Associação do Comércio Electrónico e da Publicidade Interactiva	Alexandre Nilo Fonseca
ADSE – Instituto Público de Gestão Participada	João Ramiro Loureiro
AFIP – Associação FinTech e InsurTech Portugal	Duarte Líbano Monteiro
AdP – Águas de Portugal	Sónia Pacífico
AHP – Associação da Hotelaria de Portugal*	Cristina Siza Vieira
AMA – Agência para a Modernização Administrativa	João Dias
AMD – Associação Portuguesa de Marketing Directo	André Novais de Paula
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Fernando Cruz
ANIPE – Associação Nacional de Instituições de Pagamento e Moeda Eletrónica*	João Bettencourt da Camara
APB - Associação Portuguesa de Bancos	Norberto Rosa
APED - Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição	Mónica Ventosa
ASFAC – Associação das Instituições de Crédito Especializado	Paulo Pinheiro
AT – Autoridade Tributária e Aduaneira	Olga Gomes Pereira
BCP – Banco Comercial Português	Rita Lourenço
Banco CTT	João Mello Franco
Banco Santander Totta	Pedro David
Brisa	Pedro Mourisca
CGA - Caixa Geral de Aposentações	Ana Brígida Nunes
CGD - Caixa Geral de Depósitos	Mónica Leite
Carris	Isabel Vasconcelos
DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor	Ana Tapadinhas
DGC - Direção-Geral do Consumidor	Ana Catarina Fonseca
EASYPAY – Instituição de Pagamento	Sebastião de Lancastre
EDP – Energias de Portugal	João Pedro Summavielle
Fidelidade	Ana Cristina Malcata/Pedro Mortágua
Galp	Manuel Almeida Pedro
GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Mar)	Joana Almodovar
GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (Ministério das Finanças)	Paula Fonseca Costa
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	Rui Nascimento
IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	Margarida Filipe
ISS – Instituto da Segurança Social	Ana Vasques
Jerónimo Martins	Madalena Mena
Mastercard	Maria Antónia Saldanha
MEO	Gonçalo Camolino
Metropolitano de Lisboa	João Paulo Saraiva
NOS	João Mendonça
Ocidental Seguros (Ageas)	Miguel Barata
SIBS <i>Forward Payment Solutions</i>	Teresa Mesquita
SONAE MC	Margarida Rodrigues
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto	Maria Teresa Leite
TIP – Transportes Intermodais do Porto*	Vítor Pita do Nascimento
TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa*	Sónia Alegre



Entidade	Representante(s)
Turismo de Portugal	Carlos Abade
Unicre	Bruno Barbosa
Universo IME	Paulo Jorge Pereira
Visa Portugal	Gonçalo Santos Lopes
Vodafone Portugal	Alexandre Maurício

* Entidades incluídas no FSP na revisão da sua composio em 2023.

Anexo 2 – Linhas de ação prioritárias e *task forces* dedicadas

Vetor I	Vetor II	Vetor III	Vetor IV
LA 1. Realizar eventos informativos e ações de esclarecimento destinados a consumidores, empresas, organismos da Administração Pública ou PSP sobre temas relacionados com pagamentos LA 3. Desenvolver conteúdos informativos sobre o projeto do euro digital, em linha com o conteúdo e o calendário da estratégia de comunicação do Eurosistema LA 5. Promover campanhas de esclarecimento sobre tendências e tipos de fraude e de burla e correspondentes medidas de mitigação¹ LA 6. Elaborar o estudo sobre os custos sociais dos instrumentos de pagamento de retalho LA 7. Implementar as recomendações do Euro Retail Payments Board (ERPb) para a transparência de informação de pagamentos (<i>transparency for retail payment end-users</i>)	LA 11. Implementar uma solução de <i>proxy lookup</i> no contexto do Sistema de Compensação Interbancária (SICOI) LA 15. Estudar uma alteração legislativa que imponha a obrigação de as empresas aceitarem, em conjunto com o numerário, pelo menos um instrumento de pagamento eletrónico	LA 19. Monitorizar a aplicação dos requisitos de autenticação forte do cliente, nomeadamente em contexto de comércio eletrónico com cartão² LA 20. Implementar uma solução de confirmação de beneficiário no contexto do SICOI LA 23. Analisar a evolução das tipologias de fraude e de burla e definir ações concertadas de prevenção e mitigação¹ LA 24. Participar nas discussões e iniciativas que visem uma ação de prevenção de fraude e de burla coordenada a nível europeu (European Payments Council – EPC, Banco Central Europeu – BCE, Autoridade Bancária Europeia – EBA, entre outros)¹	LA 27. Fazer o levantamento da legislação/regulamentação vigente no âmbito da obrigatoriedade da impressão de talões em papel em operações em terminais de pagamento automáticos (TPA) e em caixas automáticos (CA) e discutir ações subsequentes LA 29. Identificar e dinamizar processos de reciclagem de cartões de pagamento LA 30. Avaliar a eventual eliminação da obrigatoriedade de os bancos pagarem cheques até 150€ nas situações de insuficiência de fundos na conta do sacador, imposta pelo Decreto-Lei n.º 454/91

¹ *Task force* de prevenção e mitigação de fraude e burla

² *Task force* de autenticação forte do cliente

